



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA

IRREGULARIDADES ■ EX-ADMINISTRADOR ESTÁ AFASTADO DE FUNÇÕES HÁ UM ANO



Francisco Bandeira, actual presidente da administração do banco, notificou os dois funcionários em meados de Abril

BPN instaurou dois processos

■ Ex-directores de operações, António Franco e Ricardo Pinheiro, estão a ser alvo de punição por terem assinado contratos entre o BPN e o Banco Insular

● DIANA RAMOS

A administração nacionalizada do Banco Português de Negócios (BPN), liderada por Francisco Bandeira, tem em curso dois processos disciplinares contra ex-directores de operações: António Franco e Ricardo Pinheiro.

Ao que o CM apurou, os dois responsáveis receberam a nota de culpa em meados de Abril. O processo só recentemente foi desencadeado ainda que os factos sejam bastante anteriores.

António Franco e Ricardo Pinheiro são acusados de terem assinado contratos entre o BPN e o Banco Insular, responsáveis por grande parte

do buraco financeiro da instituição. Isto apesar de existir cartas de responsabilização que demonstram que o grupo de operacionais que levava a cabo as operações actuava no cumprimento de ordens de Oliveira e Costa, então presidente do grupo.

Franco disse que o BdP não fez perguntas suficientes

António Franco foi administrador e, antes disso, director de operações do BPN. O ex-gestor está afastado de funções desde a entrada de Miguel Cadilhe na SLN, não tendo acesso às instalações do banco. Ricardo Pinheiro está

desde o ano passado a trabalhar no Banco Sol, em Angola, gozando de licença sem vencimento.

Quando foi ouvido pela primeira vez na comissão de inquérito par-

✚ PORMENORES

● **RESPOSTA JÁ FOI DADA**
A resposta de António Franco e Ricardo Pinheiro às notas de culpa foi dada no final do mês de Abril.

● **DESPEDIMENTO**
Os processos disciplinares deverão estar concluídos no final de Junho e poderão ditar o despedimento dos dois funcionários.

● **ACORDO NAS SAÍDAS**
Inês Santos, que trabalhava no Insular em Cabo Verde, e Joel Peixoto, informático, são dois dos operacionais que chegaram a acordo com o BPN e já saíram do banco.

lamentar, António Franco disse que o Banco de Portugal (BdP) não fez perguntas suficientes para descobrir o Insular, uma vez que em regra se “contenta com meias respostas”. Franco garantiu ainda que o servidor informático do BPN dava acesso às operações do Insular e referiu que o supervisor tinha acesso ao computador, ainda que alguma informação estivesse encriptada. No seguimento disto, o BdP reagiu ameaçando Franco com processos que poderiam “conduzir à inibição de cargos” na Banca.

O processo disciplinar da administração surge após a iniciativa do BdP e depois de Ricardo Pinheiro ter confirmado que durante a ‘Operação Furacão’ foi enviado um contentor com documentos relativos ao Insular e às offshores para Cabo Verde. ■



O Conselho de Estado protector!



HONÓRIO NOVO
DEPUTADO PCP

O cargo é de nomeação definitiva. Quem é nomeado não pode ser demitido. Este estatuto deveria impor um especial cuidado a quem nomeia, atendendo não tanto à amizade política mas à dimensão ética e profissional de quem se vai nomear. Quando nem os sinais nem as companhias são aconselháveis, mandaria a prudência que se não nomeasse.

Não há qualquer dúvida que Dias Loureiro (DL), administrador da SLN/BPN, foi peça essencial num negócio ruinoso em Porto Rico que prejudicou o grupo em, pelo menos, 38 milhões de dólares apesar de vários relatórios que se opunham ao negócio. Isto diz muito sobre a qualidade do gestor.

O negócio beneficiou em especial El Assir, amigo de Loureiro, desconhecido de muitos mas referenciado como negociante de armas, até em relatórios da administração americana. Isto diz muito sobre as companhias e amigos.

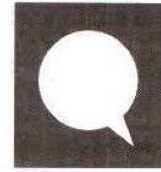
DIAS LOUREIRO NÃO SE demite do Conselho de Estado, não pode ser demitido. Mas deveria fazê-lo. Pena ter sido nomeado.

Das duas empresas compradas, uma nunca funcionou, a outra faliu. O negócio foi cancelado sete meses depois de fechado. Com a exceção dos sócios "porto-riquenhos", DL assinou tudo em nome de todos os implicados sem sequer verificar (diz ele) se tinha procuração para tal. Até assina em nome de um fundo, (o "famoso" Excellence Assets Fund), do qual, em Janeiro deste ano, "nunca tinha ouvido falar". Isto diz muito sobre as qualidades de jurista e, de novo, como administrador.

O prejuízo não estava afinal "parqueado" em offshore (versão de Janeiro), estava nesse fundo que era da SLN/BPN. Logo, o prejuízo tinha que estar nas contas do grupo de 2001, ano da compra. Como administrador da SLN/BPN, DL tinha que saber que o grupo tinha "vendido o negócio" ao fundo no mesmo dia em que o tinha comprado, com a sua assinatura. Se o prejuízo não aparecia nas contas do Grupo de 2001, ele, como administrador era obrigado a comunicá-lo ao Banco de Portugal. Não o fez, passou a estar fora da lei.

Dias Loureiro não se demite do Conselho de Estado, não pode ser demitido. Mas deveria fazê-lo. Pena ter sido nomeado.

honorio.novo@sapo.pt



Opinião

Constâncio e Teixeira dos Santos ouvidos no **caso BPN**

Comissão adia **fim dos trabalhos** para poder ouvir o governador e o ministro das Finanças

A COMISSÃO Parlamentar de Inquérito ao caso BPN vai ouvir o governador do Banco de Portugal (BdP) e o ministro das Finanças a 16 e 21 de Maio, respectivamente. Até lá, os trabalhos estão suspensos.

As audições da comissão deviam terminar a 16 de Maio, mas o prazo foi adiado para que Vítor Constâncio e Teixeira dos Santos pudessem ser ouvidos. A possibilidade de

prolongar por mais tempo os trabalhos ainda está em aberto. A comissão poderá votar o adiamento depois de 21 de Maio, de forma a possibilitar a redacção da informação recolhida nas audições dos últimos meses.

A decisão de ouvir Constâncio e Teixeira dos Santos foi tomada na passada terça-feira, dia em que teve lugar a segunda audição a Dias Loureiro.

O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) foi chamado para dar esclarecimentos adicionais sobre o envolvimento nas operações de compra e venda de empresas em Porto Rico.

Na primeira audição, o conselheiro de Estado disse que não conhecia em pormenor os negócios relacionados com a *Excellence Assets Funds*, o veículo que fez os negócios



OLIVEIRA E COSTA

Fundador do grupo BPN

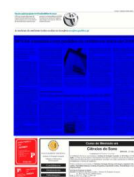
continua a ser o único detido do processo

em Porto Rico. A afirmação entrou em contradição com o testemunho do ex-administrador do fundo, Coutinho Rebelo, que imputou a Dias Loureiro a iniciativa daquelas operações.

Na audição desta semana, Dias Loureiro garantiu que se limitou a assinar os documentos nos negócios. «Se um advogado me apresenta um contrato para assinar e

eu confio nas pessoas que trabalham comigo, é natural que assine», justificou.

O ex-gestor da SLN mostrou-se «indignado» por ter sido acusado de mentiroso. Dias Loureiro afirmou que «não se falseia um carácter durante 30 anos». Esta semana, foi também ouvido José Vaz Mascarenhas, presidente do Banco Insular, mas a audição foi à porta fechada.



BPN foi inundado com pedidos de crédito no início de 2009

Cristina Ferreira e Ana Brito

Caixa tem vindo a canalizar para o BPN alguns pedidos de financiamento. CGD não comenta

● Nos últimos três meses o Banco Português de Negócios (BPN) analisou e, nalguns casos concedeu, centenas de financiamentos a várias entidades, nomeadamente da esfera estatal, como a Parpública, CP, Metro do Porto e Empordef, além de vários accionistas da SLN, já com empréstimos em curso superiores a 300 milhões de euros (Aprígio Santos tem créditos superiores a 180 milhões). Uma parte substancial dos pedidos de empréstimos partiu de grupos com interesses na área imobiliária e da construção, como a Mota-Engil, Grupo Lena e Visabeira.

O PÚBLICO teve acesso aos relatórios oficiais dos conselhos de crédito do BPN. Os documentos não são esclarecedores quanto às matérias tratadas pelos técnicos do BPN, ficando por saber quais os montantes requeridos, assim como se há empréstimos referenciados que dizem respeito a acções de renegociação de dívidas.

Alguns destes clientes têm relações de negócio com o banco liderado por Faria de Oliveira, indicado pelo Ministério das Finanças para gerir o BPN, decisão que levou à nomeação do administrador Francisco Bandeira. De acordo com dados recolhidos pelo PÚBLICO, a Caixa tem vindo a canalizar para o BPN alguns pedidos de financiamento, o que permite ao banco público não agravar a sua exposição a estes credores, uma situação que o banco público não esteve disponível para comentar.

Todavia, embora o BPN seja olhado como uma realidade jurídica autónoma, não o é do ponto de vista do risco. Por via da nacionalização, o BPN beneficia de um regime excepcional e está

autorizado pelo Banco de Portugal a não cumprir, durante um determinado período, os critérios aplicados ao resto do sector. Recorde-se que as averiguações realizadas ao BPN pela gestão de Francisco Bandeira detectaram um buraco de 1,8 mil milhões de euros, o que contribuiu para a revisão das contas de 2006 e de 2007, continuando as contas do último exercício por divulgar.

Inquirido pelo PÚBLICO sobre os níveis globais de crédito no final de 2008, fonte oficial do BPN explicou que o banco "mantém relações de crédito com 6775 empresas e um total de crédito a empresas que atinge 4350 mil milhões de euros". Sublinhou que, "desde que a instituição foi nacionalizada, todos os créditos concedidos são com o máximo rigor e com o máximo de garantias", acrescentando que, "em relação a clientes que mantinham uma história de relacionamento com



BPN continua sob gestão da CGD

a instituição, o banco não deixará de manter essa relação e de renegociar tudo o que houver para renegociar, dentro dos parâmetros de rigor".

A mesma fonte referiu que "o ban-

co nunca entenderá as razões pelas quais certas operações são evidenciadas, sendo operações justas, legais e que produzem retorno para a instituição".

O BPN recusou comentar o facto de estar a circular documentação confidencial, mas uma fonte do banco disse ao PÚBLICO que "a situação é absolutamente inadmissível". Até porque, no início de Abril, em carta dirigida às redes comerciais, o administrador Jorge Pessoa alertava para a situação de falta de liquidez que pode atingir níveis "absolutamente inimagináveis e insustentáveis a curto prazo".

No final de Abril, nos registos oficiais do conselho de crédito do BPN, o banco aparecia como tendo uma exposição ao Grupo Mota-Engil de 86,55 milhões de euros. As empresas do universo da construtora liderada por Jorge Coelho submeteram nos últimos meses múltiplos pedidos de

financiamento ao BPN. Só em Abril chegaram ao BPN dez pedidos de empréstimos, sendo que um deles conta do lado do requerente com uma empresa por constituir.

No mês passado, a Visabeira destacou-se ao submeter 17 pedidos de financiamento ao BPN; todos eles constam como estando em fase de aprovação e a maioria partiu de entidades diferentes ligadas ao grupo de Viseu. A documentação permite ainda concluir que 14 foram discutidos na penúltima reunião do conselho de crédito, que decorreu a 17 de Abril, mês em que foram anunciadas as aquisições da Vista Alegre e Bordalo Pinheiro. O grupo tem ganho visibilidade nos últimos anos, estando presente em projectos onde o Estado também tem interesses como o sector da construção e das telecomunicações. A Visabeira é parceira da CGD nos conselhos de administração da PT e da Zon.

Do grupo Lena, a quem esteve adjudicada a construção de 50 mil fogos pré-fabricados na Venezuela (um negócio que entretanto foi cancelado), partiram oito pedidos de financiamento, em Abril. De acordo com os relatórios do conselho de crédito, a exposição do BPN ao grupo de Leiria ascendia no final de Abril a aproximadamente 74 milhões de euros.

Outros pedidos de crédito de empresas já com financiamentos no BPN incluem as construtoras Teixeira Duarte, Soares da Costa, Tâmega, Opway, Bento Pedroso e Edifer, entre outras. Do grupo Sonae, que tem uma exposição de 80 milhões de euros, partiram dois pedidos de crédito em Abril e Março.

Há ainda registo de várias entidades da esfera pública, como a Empordef, a CP, a Metro do Porto, a Parpública e diversas autarquias. O Vitória Futebol Clube (de Setúbal) e o antigo candidato à presidência do Benfica, Vítor Santos (com uma exposição superior a 75 milhões de euros), são outros dos nomes referenciados.

Outros financiamentos

SLN com peso importante na carteira do BPN

● As empresas do grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN) continuam a representar uma parte importante da carteira de crédito do BPN, aproximando-se dos 300 milhões de euros. Mas, em Abril, foram apreciados no banco pelo menos seis novos pedidos de financiamento de empresas do universo SLN. A significativa exposição a empresas do grupo tem sido apontada como uma das grandes fragilidades do balanço do banco nacionalizado, mas continua a ser uma realidade. E o mesmo pode dizer-se da exposição a empresas do próprio BPN, do crédito a accionistas ou do grande peso dos créditos à construção e imobiliário.

No final do mês passado, os créditos ao universo BPN atingiam 337

milhões de euros. No caso dos accionistas da SLN, há registo de pedidos de financiamento de Joaquim Coimbra, Aprígio Santos, António Cavaco e Almiro Silva. No conjunto, a exposição do BPN a estes investidores, todos com interesses na construção e imobiliário, rondava os 330 milhões de euros, mais de metade dos quais referentes a Aprígio Santos, presidente da Naval 1.º de Maio.

Em Março foram também aprecia-



Joaquim Coimbra é um dos accionistas da Sociedade Lusa de Negócio que mantém grande exposição ao BPN

dos dois pedidos de outro accionista de referência, Fernando Cordeiro.

A grande exposição ao imobiliário é ainda evidente em financiamentos a empresas como a Domurbanis (cerca de 124 milhões de euros e mais um pedido de crédito no final de Abril), participada pela SLN e proprietária da OPI 92, a empresa envolvida na polémica da compra dos terrenos do Campo de Tiro de Alcochete em 2007, duas semanas antes de o Governo anunciar a localização do novo aeroporto. Outros financiamentos dizem respeito ao empresário setubalense Emídio Catum, que é parceiro da SLN na Pluripar, a quem é atribuída uma exposição de 117 milhões de euros e três novas solicitações de crédito em Abril.



Paula Nunes



Os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito deveriam terminar dia 16 de Maio. Porém, a suspensão das audições durante uma semana permite à comissão prolongar esse prazo.

Relatório do caso BPN avança sem esperar última palavra de Constâncio

A comissão parlamentar suspendeu as audições até dia 19, altura em que será ouvido o Governador. Até lá, deputados avançam com o relatório final.

TIAGO FREIRE E SANDRA ALMEIDA SIMÕES ssimoes@economicasgpps.com

Enquanto o futuro do BPN se planeia no silêncio, entre os gabinetes de José Sócrates e Francisco Bandeira, o caso do banco nacionalizado continua a ser alimentado pela comissão parlamentar de inquérito.

Esta aproxima-se da sua conclusão, restando ouvir poucos intervenientes no processo, entre eles Teixeira dos Santos e Vítor Constâncio. Ao contrário do que se chegou a pensar, as audições não terminarão na próxima semana, uma vez que os trabalhos - pelo menos envolvendo inquirições - estão suspensos durante uma semana.

Em declarações ao Semnário Económico, Maria de Belém Roseira, presidente da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, confirmou que "não estão agendadas audições para a próxima semana, devido às jornadas parlamentares do PS". Os trabalhos reiniciam-se com a audição ao governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, no próximo dia 19 de Maio. Dois dias

depois, é a vez do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, prestar declarações.

Esta suspensão permite à comissão prolongar o seu funcionamento por mais alguns dias. Recorde-se que os trabalhos da comissão deveriam terminar dia 16 de Maio, mas este prazo pode, mais uma vez, ser prorrogado. Para já, Maria de Belém recorda que um novo prolongamento terá de obter "luz verde" do presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, que também estará fora do Parlamento nos próximos dias.

Em paralelo, está também a

O prazo dado pela comissão para que BdP, BPN e auditoras levantem o sigilo bancário termina no dia 12 de Maio.

decorrer o prazo dado pela comissão ao Banco de Portugal, BPN e auditoras para levantamento do sigilo bancário. Os deputados enviaram o pedido, acompanhado do parecer do juríconsulto Nuno Piçarra, que defende a legitimidade da comissão em ter acesso aos cerca de 30 pedidos de informação e documentos recusados. Os grupos parlamentares aguardam até dia 12 pelas respostas.

Maria de Belém adiantou ainda que, para não atrasar os trabalhos da comissão, os deputados vão avançar já nos próximos dias com o relatório final. Até 30 dias após a publicação do relatório e das declarações de voto, Jaime Gama inclui a sua apreciação na ordem do dia. A comissão pode fazer acompanhar o relatório de um projecto de resolução. Apresentado ao Plenário o relatório, é aberto um debate.

Na última semana, prosseguiram as audições - que já ascenderam a mais de 50 -, tendo como "cabeça de cartaz" Dias Loureiro, que admitiu alguns lapsos de

memória, com os quais justificou algumas discrepâncias entre as datas que referiu aquando da primeira audição e alguns factos entretanto noticiados. De qualquer forma, e perante um intenso escrutínio dos deputados do CDS, do PCP e do Bloco de Esquerda, o conselheiro de Estado recusou ter alguma vez mentido.

Se Dias Loureiro concentrou as atenções, outro protagonista da comissão está a roubar a "luz da ribalta". O deputado centrista Nuno Melo voltou a convocar os jornalistas para, em conferência de imprensa, desferir mais um feroz ataque ao BdP e ao Governo, defendendo que este último se apressou a nacionalizar o BPN sem estar na posse de toda a informação. Este protagonismo de Nuno Melo, cabeça de lista do CDS para as eleições europeias, não está a ser desaproveitado pelo seu partido. Sinal disso são os cartazes que apareceram esta semana, com a imagem de Melo e o 'slogan' "Não andamos a brincar aos bancos". ■

> CRONOLOGIA

Terça-feira, dia 5 DIAS LOUREIRO DIZ QUE NUNCA MENTIU

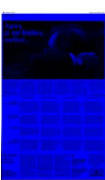
A segunda audição do conselheiro de Estado foi uma das mais mediáticas até agora. Visivelmente satisfeito, o ex-administrador da SLN garantiu que não mentiu e chegou mesmo a afirmar que se sentiu "indignado" com as acusações.

Quarta-feira, dia 6 PRESIDENTE DO INSULAR À PORTA FECHADA

Vaz Mascarenhas foi outro dos repetentes a prestar declarações. Nesse dia, o CDS distribuiu um memorando confidencial do Banco Insular, garantindo que esta instituição é do conhecimento de dezenas de responsáveis.

Por agendar VIDEOCONFERÊNCIA A HECTOR HOYOS

O CDS requereu uma audição em videoconferência ao sócio da empresa de Porto Rico cuja compra causou prejuízos superiores a 30 milhões de euros à SLN, ex-dona do BPN.



CASO BPN

Agora, já me lembro melhor...

Dias Loureiro foi pela segunda vez ao Parlamento. O ex-ministro foi **menos vago** que na primeira audição, mas não explicou tudo



FOTO LUIZ CARVALHO

Dias Loureiro queria explicar o negócio ruinoso de Porto Rico de A a Z quando foi à Comissão Parlamentar de Inquérito falar sobre o 'caso BPN', a 27 de Janeiro, mas ficou a meio do abecedário.

Deixou muitas dúvidas, em particular depois de ouvidos outros responsáveis do grupo BPN

e de se tornarem públicas provas documentais sobre a sua intervenção activa no negócio.

O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) voltou agora ao Parlamento e começou por abrir as hostilidades mostrando-se indignado com a acusação de que teria mentido aos deputados e

de que havia pelo menos "duas discrepâncias" no negócio de Porto Rico. "A primeira foi ter dito que não conhecia o fundo Excellence Assets Fund. Está esclarecido" (ver caixas), disse agora. Mas Dias Loureiro esqueceu-se que o problema não foi apenas esquecer o nome do fundo, foi

dizer que nunca tinha ouvido falar de nenhum fundo.

A segunda discrepância explica-se assim: "A minha memória não reconheceu que isto (participações da Biometrics) estava num fundo em 2001, apenas reconheceu que estava num fundo em 2002. Qual o meu interesse...". Não

havia nenhum interesse, de facto. Mas as declarações iniciais eram imprecisas, como agora se comprovou.

E ficou claro que Dias Loureiro teve um papel mais activo do que tinha dado a entender em todo o negócio de Porto Rico. Nada indica que Loureiro volte a ser chamado ao Parla-

mento, apesar de vários deputados, incluindo do PSD, terem achado que o depoimento não foi totalmente esclarecedor.

Para a Comissão concluir os seus trabalhos só falta ouvir Vítor Constâncio e Teixeira dos Santos.

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.impresa.pt

1.ª AUDIÇÃO

Negócio de Porto Rico

"Não fui fazer o negócio. Quem estava a trabalhar o negócio não era eu, eram advogados... Do outro lado estava o sócio maioritário que era o sr. Hector Hoyos (...). Quanto ao negócio em si, não tive nada a ver com ele". O empresário libanês El-Assir conheceu Dias Loureiro em 2001 e propôs o negócio de Porto Rico.

Excellence Assets Fund

"Nunca ouvi falar desse fundo. Não, não tenho (ideia de o BPN ou a SLN alguma vez terem adquirido esse fundo)". A compra das empresas de Porto Rico não estava nas contas de 2001. Em Março de 2002 "perguntei a Oliveira Costa onde estava (...)"

Mandato

Segundo Dias Loureiro, a SLN decidiu investir em duas empresas: comprava 25% da Biometrics e 75% da Nova Tech. O negócio só terá sido fechado depois de Vieira Jordão (administrador da SLN Tecnologias) ultrapassar "as objecções técnicas".

Banco de Portugal

Depois da nacionalização e antes mesmo da primeira audição, Loureiro afirmou ter ido ao Banco de Portugal em 2002 para pedir ao então vice-governador, António Marta, que tivesse atenção à gestão do BPN. O modelo de gestão "era muito diferente do modelo de empresas a que estava habituado".

ENTRETANTO...

"Sei que assinei um memorando de entendimento no início, mais nada. Foram dois actos isolados. Não tenho arquivo nenhum", afirmou ao Expresso a 14 de Fevereiro. Manteve na altura a convicção de apenas ter "avaliado o negócio" depois de confrontado com a sua intervenção activa no processo.

Ao Expresso voltou a dizer: "Não tenho memória de ouvir falar em nenhum Excellence Assets Fund. Toda a operação definitiva não fui eu que tratei. Não me lembro dos contratos, posso ter assinado, se vocês o dizem, mas não tenho memória. Foram actos isolados".

Dias Loureiro diz que, afinal, assinou "um memorando sobre a compra da Biometrics", mas Vieira Jordão revelou que ele também assinou a "desvinculação". António Rebelo Coutinho (administrador do BPN Imofundos) diz que Loureiro não estava mandatado para a venda

António Marta reafirmou à comissão o que havia dito ao Expresso: Dias Loureiro estava preocupado pelo facto de o Banco de Portugal (BdP) estar sempre nas instalações do BPN. Francisco Sanches, administrador do BPN, revelou à comissão que Dias Loureiro avisou Oliveira Costa que ia ao BdP.

2.ª AUDIÇÃO

"Se um advogado me apresenta um contrato para assinar eu confio nas pessoas que trabalham comigo, é natural (...). Assino papéis na base da confiança. É verdade que participei na compra e na desvinculação do negócio. Não tenho documentos". O prejuízo do negócio ascendeu a €30 milhões.

"Na minha memória, as participações estavam num fundo em 2002 e, afinal, estavam num fundo em 2001. Que mal advinha de não me lembrar do nome? Isso é inócuo. Não falei à verdade. A SLN promete comprar o fundo, mas não compra. O contrato não foi efectuado...".

"Tem conhecimento de alguma queixa civil invocando a anulação do acordo?", interroga Loureiro confrontado com a questão do mandato. "Rebelo Coutinho não deu procuração para desvincular o negócio, mas foi esse acordo que evitou que a SLN pagasse mais seis prestações"

O conselheiro de Estado reafirma o que disse: "Estava preocupado com o modelo de gestão". Quando questionado por que razão então se indignou com o artigo publicado, em 2001, na revista "Exame" que apontava irregularidades no grupo, Loureiro diz que não havia provas. Desmente ter avisado Oliveira Costa.

O QUE MUDOU

Dias Loureiro avivou a memória e reconheceu que afinal teve uma presença activa no negócio de Porto Rico (Biometrics e Nova Tech). Quer na compra em Novembro de 2001 quer na desvinculação do negócio em Julho de 2002. A documentação, entretanto publicada, e que não possuía, ajudou...

Loureiro tem ainda dificuldade em recordar-se que assinou a subscrição de 2626 acções do fundo em Novembro de 2001, nem que este constava do contrato de desvinculação. Loureiro confundiu os deputados e não disse que assinou pela SLN a compra de acções do fundo

Na primeira audição disse que só avaliou o negócio e apresentou El-Assir e Hector Hoyos a Oliveira Costa. Esta semana já admitiu ter estado no início e no fim do negócio. Ficaram dúvidas quanto à natureza do mandato que tinha para representar as empresas do grupo BPN.

Neste capítulo não houve grandes discrepâncias. É a palavra de uns contra os outros. Não há prova documental. Francisco Sanches lançou mais uma acha para a fogueira ao levantar a suspeita de que Dias Loureiro avisou Oliveira Costa. Cada um acredita em quem quiser... cabe aos deputados avaliar os testemunhos.

PR estanca cerco a Loureiro

Cavaco Silva diz estar "razoavelmente informado" sobre Dias Loureiro e não encontra nenhuma "informação adicional" que o leve a alterar o que disse há seis meses. Na altura, o Presidente afirmou "não ter qualquer razão para duvidar" da palavra do seu conselheiro de Estado, que lhe "garantiu solenemente não ter cometido nenhuma irregularidade".

Mesmo sem informações adicionais, o Presidente da República foi agora mais longe do que nunca na defesa de Loureiro do cerco que lhe continuam a mo-

ver para que abandone aquele órgão. Confrontado com o assunto, Cavaco avançou um argumento novo: não faz distinções entre conselheiros e todos lhe merecem "o maior respeito".

Ou seja, Cavaco respeita Dias Loureiro como respeita Jorge Sampaio, Mário Soares ou José Sócrates. "No Conselho existem 19 membros que estão sujeitos a um estatuto especial e eu não faço comentários em relação a nenhum deles", afirmou.

Questionado sobre se é um embaixador ter Loureiro no seu órgão de aconselhamento pessoal,

o Presidente respondeu: "É o mesmo embaixador de qualquer membro do CE. Eu não faço qualquer distinção".

Quem achou por bem descolar de Loureiro foi a direcção parlamentar do PSD. Primeiro Paulo Rangel, que disse ao "Diário Económico" que no lugar do ex-ministro de Cavaco saía. Depois Hugo Velosa, que disse ao Expresso que, se fosse possível, Loureiro devia "ser demitido".

Ferreira Leite mantém-se na sua: é uma decisão que diz respeito ao próprio. Mas no interior do Conselho de Estado —

“

"Não tenho qualquer razão para duvidar da palavra de Dias Loureiro"

CAVACO SILVA, Novembro de 2008

"Não tenho nenhuma informação adicional àquela que tinha nessa altura"

idem, Maio de 2009

onde João Lobo Antunes, Almeida Santos e Rebelo de Sousa deram o pontapé de saída — crescem as vezes dos que gostariam de ver Loureiro libertar o Presidente. Esta semana foi a vez de Jorge Sampaio se juntar ao grupo.

ANGELA SILVA
asilva@expresso.impresa.pt

Veja o dossiê sobre o tema
www.expresso.pt/dossies

"Razoavelmente informado" e sem dados "adicionais", Cavaco recusa "fazer distinções" entre conselheiros de Estado